

DESGASTE MENTAL, SOFRIMENTO FÍSICO E ASSÉDIO MORAL NA UNIVERSIDADE PRODUTIVISTA

Pesquisas apontam relação entre pares marcada por individualismo exacerbado, competição e falta de cooperação

As intensas pressões desencadeadas sobre o corpo docente das universidades brasileiras em decorrência da aplicação do modelo produtivista podem provocar adoecimento físico e mental. Não se trata de mera hipótese de trabalho, mas da constatação realizada por diferentes pesquisas acadêmicas. Alienação e assédio moral são faces do problema identificadas nesses estudos.

Isabel Cristina Ferreira Borsoi, professora do Departamento de Ciências Sociais e do Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais da Universidade Federal do Espírito Santo (UFES), conduziu pesquisa entre outubro de 2009 e março de 2010 com 96 docentes efetivos da UFES (56 homens e 40 mulheres), por meio da qual foram abordadas “condições e jornada de trabalho, formas de organização e de efetivação de atividades docentes, além de sentimentos e

modos de sofrimento e adoecimento indicados pelos pesquisados”.

Entre os docentes participantes da amostra, distribuídos por 18 diferentes departamentos acadêmicos, 94,8% trabalham em Regime de Dedicação Exclusiva (RDE). Os resultados foram analisados no artigo “Trabalho e produtivismo: saúde e modo de vida de docentes de instituições públicas de Ensino Superior”, publicado em 2012 (*Cadernos de Psicologia Social do Trabalho*, vol. 15, n. 1).

A autora reuniu num quadro alguns comentários dos docentes acerca da “exigência desmedida de produtividade”, expressão empregada por um deles: “A pressão, cada vez maior, por produtividade, sem a devida melhoria das condições básicas de trabalho, principalmente infraestrutura — equipamentos em boas condições e suporte administrativo, funcionários em número suficiente

e bem preparados”. “Ser obrigado a publicar sob pressão, não ter tempo para estudar com prazer e calma”. “Metas impossíveis de cumprir, ou somente cumpríveis se não trabalhasse adequadamente. Exemplo: para publicar como quer a Capes (ou dizem que ela quer) [eu] teria que negligenciar a graduação”.

Também foi apontada a “cobrança de produção em nível de Primeiro Mundo com condições de Terceiro Mundo”, e que a universidade “não valoriza mais o conhecimento ou a leitura” e sim a produção. “Sinto que muito [do] que se escreve ninguém lê”. Outras frases fortes: “O atendimento às normas da Capes, numa produtividade que exclui mais que beneficia instituições como a UFES”. “A valorização excessiva do fragmentário, do produtivismo quantitativo em prejuízo da qualidade”. Vale notar, a propósito, que quase 70% dos

participantes (69,8%) informaram ter pesquisa cadastrada em andamento e alguns afirmam trabalhar em até quatro pesquisas simultaneamente.

A existência de forte competição no meio acadêmico foi confirmada na pesquisa. Questionados a respeito, os docentes a registraram da seguinte forma: “Rivalidade, competição, falta de companheirismo”. “Arrogância de alguns que acham que são mais que outros”. “Relações de poder e dominação de grupos [dentro do próprio departamento]”. “Vaidade excessiva que há no meio acadêmico”.

Refletindo a respeito, a autora anotou: “As perspectivas produtivista e competitiva, próprias do mundo globalizado do trabalho, invadiram o mundo acadêmico. As regras estão cada vez mais homogêneas e naturalizadas, a ponto de os docentes, em sua maioria, já não perceberem que há certa dose de coação nas políticas acadêmicas que regem, principalmente, os programas de pós-graduação. Consideram que estão numa espécie de caminho sem volta, uma vez que as normas são estabelecidas em instâncias sobre as quais eles não sentem que podem ter algum controle”.

Ainda segundo Isabel, o que parece ocorrer aqui “é o entrelaçamento entre coerção e convencimento”. Citou Gramsci (1978), para quem, parafraseou, “as ações coercitivas só têm efeito real na vida dos indivíduos se eles as tornarem válidas pelo consenso, se as dotarem de sentido que julguem próprio, quando se convencem e justificam os atos e pensamentos a partir de si mesmos, e não a partir do que lhes é externo — enfim, quando a ideologia ganha validade psicológica”.

Dentre os participantes da pesquisa, 78 (81,3%) assinalaram ter procurado atendimento médico e/ou psicológico nos últimos dois anos, sendo que quase metade (46,2%) o fez entre uma e duas vezes por ano. 18 mulheres e 10 homens, totalizando 28 participantes (36% do grupo), apresentaram “queixas relacionadas a agravos de ordem psicoemocional (principalmente depressão e ansiedade)”, ao passo que outros 14,1% referem enxaqueca, cistite e crise gástrica — que também pode ter como desencadeante a dimensão psicoemocional — e 12,8% informaram ter afecções osteomusculares. Há, ainda, relatos de afecções como hipertensão, diabetes e distúrbios hormonais.

“Embora o *burnout* não seja o foco da discussão desenvolvida neste artigo, é possível apontar que os sinais mais frequentes de sofrimento ou adoecimento entre os docentes são aqueles relacionados a essa síndrome, tal como descreve Lacaz (2010): exaustão mental e emocional, fadiga e depressão”, diz a autora. “São sintomas que têm em sua base elementos como exigências de produtividade e excelência e, ao mesmo tempo, dificuldades para o cumprimento de tais exigências”.

Ela cita Aubert (1993, p. 187-88), para quem o *burnout* surge como resultado da “necessidade de trabalhar energicamente, de envidar cada vez mais esforços, de desempenho cada vez melhor e de tender sempre para um maior sucesso”. Por serem “características fundamentais no trabalho docente, na atualidade”, explica, “não causa estranheza que encontremos associações entre determinadas queixas dos professores e a síndrome

de *burnout*”. A carga de trabalho, tida como excessiva para a maioria dos docentes, a flexibilidade da jornada de trabalho e a constante exigência de produtividade fazem com que, na prática, os docentes encontrem pouco tempo, de fato, liberado do trabalho. “De certo modo, tornam-se ‘reféns da produtividade’, como afirmam Bianchetti e Machado (2008). Assim, a vida na esfera do não trabalho acaba sendo comprometida, em grande medida, pela dimensão das atividades docentes”.

Finais de semana, feriados e até férias “costumam ser invadidos, de alguma maneira, por demandas de trabalho”, o que também ocorre em outras universidades. “Aspectos como esses refletem, de certa forma, a condição precária que caracteriza o trabalho docente na atualidade e fazem com que seja possível compreendermos por que há, entre os docentes, mais referências a descontentamentos, sofrimento e adoecimento do que prazer, saúde e bem-estar”, afirma Isabel.

**Dois dos entrevistados
“destacam o risco de
alienação produzido por
esse contexto”, sempre
que um docente trabalhe
“muito, muito, muito”.
Mas “essa ‘consciência
da alienação’ parece
gerar mais sofrimento
do que reação com vistas
à mudança”**

Márcia Bernardo Hespanhol, professora do Programa de Pós-Graduação *Stricto Sensu* em Psicologia da Pontifícia Universidade Católica (PUC) de Campinas, conduziu pesquisa qualitativa com quatro docentes de uma universidade pública (dois homens e duas mulheres, de áreas diferentes, entrevistados em 2009 e 2010), cujos resultados descreveu no artigo “Produtivismo e precariedade subjetiva na universidade pública: o desgaste mental dos docentes” (*Psicologia & Sociedade*, 2014).

“Em resumo, pode-se dizer que os professores parecem estar sujeitos a cargas de trabalho tão intensas quanto os trabalhadores fabris, apesar de, provavelmente, serem qualitativamente diferentes”, registra a autora. Porém, nas falas dos docentes entrevistados, “as cargas mais destacadas não dizem respeito ao corpo, mas à mente, e são relacionadas ao modelo de organização do trabalho que pode ser identificado como ‘capitalismo organizacional’ (Blanch-Ribas & Canteras, 2011)”. O desgaste decorrente é evidenciado em todos os relatos “e, não por acaso, se dá no nível mental”.

Um dos docentes entrevistados chegou a destacar “a maior invisibilidade do nexo do adoecimento dos professores com o trabalho”, relativamente a outras profissões: “*Eu acho que, em outras atividades, é mais evidente o quanto que as condições adversas do trabalho estão associadas às doenças ocupacionais, como no caso dos cortadores de cana...*”. E, embora não tenha relatado problemas de saúde, em diversas passagens da entrevista esse mesmo docente utiliza expressões como “*profunda tristeza*”, “*desesperança*” e “*desâ-*

nimo” (destaques no original) ao falar sobre seu trabalho, “ressaltando a relação desses sentimentos com o caráter ‘mercantil’ que a universidade tem assumido nos últimos anos” (idem).

A narrativa desse docente estabelece, diz a autora, “uma clara ligação entre as ‘cargas de trabalho’ (Laurell & Noriega, 1989) relacionadas à ‘precariedade subjetiva’ (Linhart, 2009), vivenciada no cotidiano universitário”, e um processo de desgaste, “especialmente, mental (Seligmann-Silva, 2011), que leva ao sofrimento e adoecimento”.

Já uma das docentes fala diretamente do desgaste provocado pelo trabalho, enquanto a outra, que sofreu uma doença física, relaciona seu adoecimento com o “*estresse*”, pois, segundo ela, “*não tinha nenhum outro fator de risco*” pessoal (destaques no original).

Não bastasse o desgaste mental por estarem “submetidos a uma carga psíquica intensa relacionada à precariedade subjetiva”, há o desgaste relacionado às funções corporais mais utilizadas no trabalho. “Existem inúmeros estudos sobre a relação das LER/DORT¹ com o trabalho braçal repetitivo. O setor privado, especialmente a indústria, perversamente, costuma ‘usar’ o trabalhador até seu limite, demitindo aqueles que apresentam sinais de adoecimento”, aponta Márcia. “Mas, no caso dos professores da universidade pública, isso (ainda) não é possível. Docentes que se afastam temporariamente do trabalho por adoecimento nem sempre são substituídos, e muitos que optam pela aposentadoria também não o são. Assim, mesmo na lógica da produtividade, parece que, no médio ou longo prazo, os desgases

dos professores-trabalhadores devido a essa toyotização da universidade podem comprometer não apenas a saúde deles, mas também a tão buscada produtividade acadêmica”.

A autora enfatiza que todos os entrevistados “têm consciência da precarização e do desgaste a que estão submetidos (alguns fazendo referência ao ‘mercantilismo’ ou ‘produtivismo’ acadêmico)”, sendo que dois deles “destacam o risco de alienação produzido por esse contexto, sendo que o primeiro afirma que ‘*a rotina desmobiliza*’”, isso apesar de, “ao longo de sua história, sempre ter adotado uma postura crítica” (destaques no original).

Uma das docentes descreve esse processo doloroso: “*na medida em que o docente trabalha muito, muito, muito, ele vai se alienando da mesma forma que qualquer outro trabalhador... Ele se aliena porque ele não consegue pensar e, aí, ele faz achando que tem que fazer, mas não! Ele podia resistir àquilo, se contrapor, se organizar com outras pessoas, se organizar com outros locais...*” (destacado no original). A respeito desse desabafo, observa a autora: “Interessante observar que essa ‘consciência da alienação’ parece gerar mais sofrimento do que reação com vistas à mudança”.

A dissertação de mestrado “Assédio moral e sofrimento no trabalho de professores universitários em Manaus” (2016), defendida por Keila Silva na Faculdade de Psicologia da Universidade Federal do Amazonas (UFAM), resultou de pesquisa qualitativa realizada com oito docentes mulheres de uma instituição pública de ensino superior. Os resultados “sugerem não somente a relação entre o assédio moral e vivências de sofrimento no trabalho, como também

o adoecimento dos professores pesquisados em decorrência da violência cotidiana a eles dirigida”.

O método utilizado na pesquisa foi a “Clínica do Trabalho e da Ação”, que propicia “um espaço de fala e escuta das vivências de prazer e sofrimento no trabalho”. O projeto foi aprovado pelo Comitê de Ética em Pesquisa da UFAM, “como subprojeto de um projeto maior intitulado ‘Trabalho e saúde: abordagem clínica de processos subjetivos em grupos de trabalhadores’”, levou em conta a resolução 196/96 do Conselho Nacional de Saúde, que define as recomendações éticas envolvendo pesquisas com seres humanos, e contou com o consentimento das participantes da pesquisa.

Houve relatos de que superiores hierárquicos buscaram atingir as docentes, desqualificá-las profissional-

mente, marginalizá-las e humilhá-las, restringindo-lhes a autonomia ou dificultando-lhes o andamento de projetos. “Apontavam um ambiente de trabalho patogênico, gerador de intenso sofrimento psíquico e de danos à saúde física e mental, resultando no adoecimento de servidores e no afastamento do trabalho por longos períodos”.

São fortes, no caso em questão, as evidências de fenômenos típicos das relações de trabalho moldadas sob o neoliberalismo e o produtivismo acadêmico: “Mostravam a relação entre os pares marcada pelo individualismo exacerbado, pela competição e pela falta de cooperação”. Outros relatos do grupo abordaram o “sentimento de solidão decorrente do assédio moral, a discriminação de gênero e o machismo nas relações de trabalho”, bem como, expressamente, “a meritocracia pautada pelo

produtivismo acadêmico” (destaques nossos). Falaram ainda de “uma gestão desprovida de uma política institucional voltada para o coletivo, com características coronelistas, que privilegiava grupos, que negava o assédio moral, o sofrimento e o adoecimento no trabalho”.

A negação da ocorrência de assédio moral, destaca a pesquisadora da UFAM, estende-se à “alta gestão” da instituição em que trabalham as docentes, que considera as denúncias como meros casos pontuais, além de culpabilizar as vítimas, tidas como “pessoas-problema”. Atitude que agrava os casos existentes, “porque não apurados e, portanto, não coibidos”, e deixa de inibir as condutas assediadoras, “porque, se a negação é a praxe, não há o que se fazer no sentido da prevenção”.

(P.E.R.P.)

NOTAS

1 Lesões por Esforço Repetitivo/Distúrbio Osteomuscular Relacionado ao Trabalho.

REFERÊNCIAS

- Aubert, N. (1993). “A neurose profissional”. In J. F. Chanlat (Org.), *O indivíduo na organização: dimensões esquecidas* (pp. 163-193). São Paulo: Atlas.
- Bernardo, M. H. (2014). Produtivismo e precariedade subjetiva na universidade pública: o desgaste mental dos docentes. *Psicologia & Sociedade*, 26 (n. Spe.), 129-139.
- Bianchetti, L. & Machado, A. M. N. (2008). “Reféns da produtividade”: sobre produção de conhecimento, saúde dos pesquisadores e intensificação do trabalho na pós-graduação. GT: Trabalho e Educação, 9. Anped.
- Blanch-Ribas, J. M. & Cantera, L. (2011). “La nueva gestión pública de universidades y hospitales: aplicaciones e implicaciones”. In E. Agulló, J. L. Álvaro, A. Garrido, R. Medina, & I. Schweiger (Eds.), *Nuevas formas de organización del trabajo y la empleabilidad* (pp.515-534). Oviedo: Universidad de Oviedo.
- Borsoi, I. C. F. (2012). “Trabalho e produtivismo: saúde e modo de vida de docentes de instituições públicas de Ensino Superior”. *Cadernos de Psicologia Social do Trabalho*, vol. 15, n. 1, p. 81-100.
- Gramsci, A. (1978). “Americanismo e fordismo”. In A. Gramsci, *Obras escolhidas* (pp. 311-339). São Paulo: Martins Fontes.
- Lacaz, F. A. C. (2010, janeiro). Capitalismo organizacional e trabalho: a saúde do docente. *Universidade e Sociedade*, 45, 51-59.
- Laurell, A. C. & Noriega, M. (1989). *Processo de produção e saúde: trabalho e desgaste operário*. São Paulo: Hucitec.
- Linhart, D. (2009). “Modernisation et précarisation de la vie au travail”. *Papeles del CEIC*, 1(43), 1-19. Acesso em 01 de novembro, 2010, em <http://www.identidadcolectiva.es/pdf/43.pdf>
- Seligmann-Silva, E. (2011). *Trabalho e desgaste mental: o direito de ser dono de si mesmo*. São Paulo: Cortez Editora.
- Silva, K. (2016). “Assédio moral e sofrimento no trabalho de professores universitários em Manaus”. Dissertação de Mestrado, Universidade Federal do Amazonas.
- Zandoná, C. (2014). “Produtivismo acadêmico, prazer e sofrimento: estudo bibliográfico”. Monografia de Conclusão de Curso de Especialização, Universidade Federal de Santa Maria.